

## APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA E A INCLUSÃO NAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E ARGENTINA NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

Ivana Mihal<sup>1</sup>  
Lia Calabre<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho apresentamos algumas reflexões acerca da história das políticas culturais brasileiras e argentinas, com alguns diálogos com o restante dos países do América Latina, a partir das décadas de 1980 -1990. O interesse está centrado na abordagem da cultura como um espaço da definição das ações públicas na América Latina e em particular no Brasil e na Argentina. O trabalho também apresenta alguns aspectos característicos dos organismos nacionais de cultura dos dois países, suas mudanças e redefinições a princípios do século XXI num exercício da realização de estudos comparados de cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** História – Inclusão – Políticas culturais – Brasil e Argentina – Perspectiva Comparativa

### Apresentação

Neste trabalho apresentamos algumas reflexões acerca das políticas culturais, o interesse está centrado na abordagem da cultura como um espaço da definição das ações públicas na América Latina e, em particular, no Brasil e na Argentina. A reflexão é orientada por dois interrogantes: Quais são os principais aspectos das políticas culturais nos últimos anos do século XIX? São esses aspectos resultados dos processos particulares nos países ou podem ser compreendidos como características gerais da América Latina? A análise está centrada na problemática das transformações e ressignificações brasileiras e argentinas, com alguns diálogos com o restante dos países do América Latina, a partir das décadas de 1980 e 1990. O trabalho também apresenta alguns aspectos característicos dos organismos nacionais de cultura, suas mudanças e redefinições a princípios do século XXI.

Também nesta apresentação nos perguntamos acerca da possibilidade de pensar estudos comparados de cultura, com o propósito de discutir e estabelecer diálogos entre os países e desde um olhar interdisciplinar sobre os avanços, consolidações de ações, as tendências e os desafios das políticas culturais.

---

<sup>1</sup> Doutora em antropologia e pesquisadora da Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – Universidad Nacional de San Martín –Argentina.

<sup>2</sup> Doutora em história e pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa – Ministério da Cultura –Brasil.

## **I. Ações públicas e cultura**

Uma aproximação às políticas culturais exige uma elucidação sobre o uso do conceito como ferramenta analítica e que de acordo com Wortman (2001), essas políticas na América Latina historicamente estão conotadas pelos termos cultura e política. Neste sentido vale a pena recordar que nos noventa do século passado, no Brasil, durante o governo do Presidente Collor de Melo e na Argentina, com o modelo de convertibilidade econômica durante a presidência do Dr. Carlos Menem, e o posterior período, na chamada comumente “crise do 2001”, quando dirigia o país o Dr. Fernando De La Rúa, o recrudescimento das políticas neoliberais foi uma marca em ambos países, assim como em outros de América Latina (com Fujimori no Peru, por exemplo). As relações entre economia e política giravam em torno de novas formas de dominação social, ajustes orçamentários, enfraquecimento dos consumos do conjunto dos atores sociais, precarização do trabalho e desemprego, a magnitude das privatizações dos serviços sociais, e o estabelecimento do mercado como o principal referente nas distintas dimensões das sociedades.

Nesse contexto, o Estado como ator fundamental no plano das interações sociais e como gestor das políticas públicas foi questionado em diferentes áreas e setores. Neste sentido, nos anos noventa o neoliberalismo extremo implicou na implementação, por parte do Estado, de certas tendências que vinham tentando penetrar no continente nas décadas anteriores. Vivemos uma conjuntura de corte no gasto público, do fortalecimento de um discurso pejorativo a respeito do papel e da eficácia do Estado e de suas instituições, de restrições nos direitos da cidadania em diferentes esferas da vida social (educação, saúde, cultura, habitação, etc.).

E a cultura não ficou livre desses problemas e as ações públicas na área mais que responder a uma concepção de políticas culturais para o desenvolvimento simbólico e as necessidades dos conjuntos sociais, como diz García Canclini (1987), ficaram em grande medida restritas ao marco das privatizações, subfinanciamento e esvaziamento dos organismos de cultura. Tudo isso, associado com os impactos dos processos de globalização nos países como Argentina e Brasil, provocaram novas dimensões da relação cultura e política e em particular das políticas culturais.

E após largos e penosos anos o setor novamente começa a ressurgir como espaço de preocupação pública com significativas mudanças governamentais, a partir dos 2003, tanto no Brasil como na Argentina. A partir dessas transformações as políticas culturais, com avanços e dificuldades, erros e acertos, resignificam tanto a relação cultura e cidadania quanto a

relação entre os distintos atores públicos. Como diz Nivon Bolan (2011: 41) “as políticas culturais durante quase toda a segunda metade do século XX tinham como característica básica o reconhecimento de um papel proativo de todos os atores sociais no campo da cultura, especialmente do Estado...”. E certo que esta perspectiva que olha o papel do Estado como ator central na definição de políticas, também está presente nos numerosos documentos da UNESCO, e nas análises de diversos estudiosos como García Canclini (1987), Rubim et. al (2006), Calabre (2009), Mihal (2013) etc., dos últimos anos. A presença dos atores privados e associativos no campo das políticas públicas também é ressaltada por estudiosos do campo da cultura, ainda que, como diz Barbalho (2009) no fortalecimento da cidadania e democratização cultural, no aparelho estatal, tal presença é insuficiente, pois é preciso contar com o poder público para cumprir com esses objetivos. Concordamos com o autor, mas ressaltamos que em nossa perspectiva o Estado, por seu próprio papel, é o ator com mais peso na hora da definição e efetivação de direitos culturais para a cidadania no seu conjunto, podendo garantir que não só uns poucos possam ter acesso aos bens e serviços culturais. Nessa redefinição é nosso interesse centrarmos parte da análise no papel das diretrizes estatais dos principais organismos da cultura em cada país, para verificar como o Estado cumpre esse papel de fazer cumprir os direitos culturais.

É preciso ressaltar, que no campo estatal a cultura é tratada também como uma área administrativa que deve seguir a lógica da gestão pública, mas que também contém distintos domínios artísticos culturais incluídos (patrimônio, cine, teatro, etc.), fato que possibilita, ou mesmo impõe, modos de gestão específicos para esses domínios (Bayardo 2007).

No caso particular do Brasil, destacamos o caráter federativo do país, que se constitui a partir de estados, municípios e distrito federal. O Ministério da Cultura (Minc) brasileiro foi criado em 1985 e é o organismo de maior hierarquia em matéria cultural no país<sup>3</sup>. Entretanto, a organização do setor cultural apresenta diferentes tipologias nos diversos níveis de governo: ministério, secretarias, subsecretaria, fundações e institutos de cultura. O Minc está atualmente formado por um gabinete de ministro, secretarias, consultoria jurídica, representações regionais, órgãos colegiados, autarquias e fundações relacionadas com diferentes problemáticas e domínios do setor cultural: cidadania cultural, identidade e

---

<sup>3</sup> Para aprofundar as mudanças na estrutura, composição e hierarquia do organismo no Estado federal: Calabre (2009).

diversidade cultural, fomento e incentivo à cultura, políticas culturais, patrimônio, audiovisual, teatro, museus, relações internacionais, artes, entre outros<sup>4</sup>.

No caso da Argentina, é um país federal composto por 23 instâncias jurisdicionais provinciais e pela Ciudad Autónoma de Buenos Aires. A organização política administrativa mostra distintas tipologias e hierarquias nos organismos do governo vinculados à área de cultura, a saber: ministério, secretarias, subsecretaria e institutos de cultura. O organismo de máxima autoridade em matéria cultural no Estado nacional é a Secretaría de Cultura de la Nación (SCN), criada em 1948. Esta Secretaria com atribuições similares a um ministério tem atuação em todo o território nacional. Atualmente a SCN é um organismos ligado diretamente à Presidência da Nação, formada por direções nacionais, coordenações e organismos descentralizados que atendem a distintos domínios e áreas das políticas culturais: patrimônio, bibliotecas, cine, teatro, indústrias culturais, cooperação internacional, artes, entre outros. Uma extensa infraestrutura, orçamentos, leis e documentos são parte da SCN a que compreende entre suas instituições à Comisión Nacional de Bibliotecas Populares (CONABIP) e à Biblioteca Nacional. No entanto, as ações levadas à cabo da SCN carecem de um plano de cultura que os estructure como uma política pública de médio e longo prazos.

A questão central é que esses órgãos da cultura passaram por diferentes propostas políticas e lógicas administrativas, que mudou também as relações entre Estado e cidadania e o lugar que a cultura ocupa na agenda pública.

## **II. Reconstituindo as conjunturas**

### *a) O Brasil*

A questão do redimensionamento do lugar da cultura dentro da área das políticas públicas era uma questão que já estava presente no programa de governo da campanha do Presidente Lula, o “Imaginação a serviço do Brasil”. O Programa dialogava com documentos e estudos internacionais nos quais a cultura é apresentada como um direito básico, onde está proposto que as políticas culturais devem estar voltadas para o desenvolvimento e o fortalecimento da democracia.

O cantor e compositor Gilberto Gil foi convidado para ocupar a pasta ministerial. O desafio que estava posto logo de início, segundo o próprio Ministro em seu discurso de posse, era o de “tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia a dia

---

<sup>4</sup> O organograma e os distintos programas e ações do Minc são detalhados na página web, disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/>. Acesso em 20/09/2011.

dos brasileiros” fazendo com que ele passe estar (...) “presente em todos os cantos recantos de nosso país”<sup>5</sup>.

Logo, a primeira medida necessária era a reformulação da estrutura do próprio Minc. As secretarias do ministério passam a ser organizadas sob a lógica da implementação de políticas, substituindo a estrutura anterior que estava voltada para as atividades e finalidades da lei de incentivo. Assim, ao invés de uma secretaria da música e artes cênicas, do livro, etc., foram criadas as secretarias de: Articulação Institucional; Políticas Culturais; Programas e Projetos Culturais; Identidade e Diversidade Cultural; Fomento e Incentivo Culturais (que cuida da Lei de Incentivo), sendo mantida a de Audiovisual - a reformulação ministerial foi aprovada em 12 de agosto de 2003, através do Decreto nº 4.805.

Um ponto em pauta logo do início da gestão do Ministro Gil era o da reformulação da Lei de Incentivo, que deveria ser substituída por uma mais adequada à nova realidade nacional, quebrando com a lógica neoliberal de estado mínimo que havia sido implementada na década anterior. Para discutir e buscar subsídios para a reformulação da Lei Rouanet foram organizados os seminários “Cultura para todos”, que percorreu parte do país, sendo realizados nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará. Os seminários tiveram lugar em 2003 e a primeira e grande contribuição dos mesmos foi a de abrir canais de diálogos entre o Minc e os mais variados atores sociais que atuam no campo da cultura. O Ministério, nessa primeira série de encontros foi a localidades onde nunca havia estado, criou uma rede de novos interlocutores, além de optar por um sistema de escuta pública como o caminho de construção de novas políticas culturais. Além disso, a partir da análise das respostas obtidas nas consultas, a avaliação mais geral foi a de que o mecanismo necessitava ser reformulado sim, porém, havia uma série de problemas que poderiam ser solucionados, a curto prazo, através de portarias ministeriais, da divulgação mais sistemática da lei e da capacitação de produtores e de gestores nas mais diversas regiões do país – fato que gerou a elaboração de programas de capacitação realizados pela Secretaria de Fomento à Cultura. Outra constatação feita a partir dos diálogos foi a de que, apesar da várias críticas existentes,<sup>6</sup> o mecanismo cumpria um papel fundamental em determinadas

---

<sup>5</sup> Discurso de Gilberto Gil, in: ALMEIDA, Armando, et all.(org.) *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/* Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 239.

<sup>6</sup> As críticas são referentes ao caráter historicamente concentrador do uso da lei de incentivo, seja por proponentes no eixo Rio-São Paulo (nas capitais dos estados) seja pelo fato de que um pequeno grupo de proponentes e áreas artísticas específicas detém parte significativa dos recursos.

áreas da produção cultural e regiões do país, apontando para a necessidade de que o projeto de reformulação fosse realizado de maneira a não paralisar os processos em curso<sup>7</sup>.

Na esfera da construção e elaboração de novas políticas, a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) iniciou um importante diálogo com os órgãos de pesquisa federais, em especial com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), no sentido de propor a produção e sistematização das informações sobre o campo da cultura. As informações deveriam permitir um conhecimento mais efetivo sobre a realidade e potência do campo da cultura, base fundamental para um processo de elaboração de novas políticas. É interessante ressaltar que a preocupação com a produção e sistematização de informações sobre as próprias ações do Minc até então eram praticamente inexistente. A partir de 2003, vários estudos e análises sobre as diferentes áreas de atuação do Ministério foram produzidas e publicadas pelo IPEA por solicitação da Secretaria de Políticas Culturais (SPC)<sup>8</sup>.

As informações levantadas através dos estudos realizados IBGE e pelo IPEA reforçaram a percepção corrente sobre a necessidade do aprimoramento da formação profissional e da estruturação do campo da gestão pública de cultura. Pode-se inferir, até então, uma significativa ausência de preocupação, por parte de muitos dos que ocupam os cargos da gestão pública de cultura, na elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a área. A formação desse novo profissional foi um desafio primordial que estava posto para a Secretaria de Articulação Institucional que tinha como principal meta a construção de um Sistema Nacional de Cultura- SNC. O desenho do SNC foi concebido tendo por base alguns elementos fundamentais dentre os quais destaco dois: as conferências e os planos de cultura.

Ao longo do ano de 2005, o Ministério da Cultura organizou as diversas etapas preparatórias da 1ª Conferência Nacional de Cultura que teve lugar em dezembro. Formalmente ela também foi uma das etapas do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura.<sup>9</sup> Foi primeira vez que o governo reuniu os mais variados setores da sociedade para realizar uma ampla discussão sobre políticas culturais. A Conferência é um mecanismo participativo, de consulta pública e, nesse caso, tinha como principal atribuição recolher sugestões para a elaboração das diretrizes básicas de um plano nacional na área da cultura e é

---

<sup>7</sup> Para mais informações ver: CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil do século XXI: cenários e desafios. In: COSTA, Frederico Lustosa da. *Política e gestão cultural: perspectiva Brasil e França*. Salvador, Edufba, 2013. p. 40.

<sup>8</sup> Nos anos seguintes o Ipea produziu análises e pesquisas para as diversas secretarias do Ministério. Parte desse trabalho pode ser encontrados nos volumes 2 e 3, dos cadernos de políticas culturais, publicado pelo Minc e organizados por Frederico A. Barbosa da Silva (pesquisador do IPEA responsável pelas análises)

<sup>9</sup> O Plano Nacional de Cultura foi instituído através da Emenda Constitucional nº 48 de 1º de agosto de 2005.

antecedida por conferências municipais e estaduais, organizadas pelos governos locais. Foram realizadas 19 conferências estaduais e 1.197 conferências municipais. O Ministério estimou que o processo de realização da I Conferência Nacional de Cultura envolveu 53.000 pessoas em todo o país.<sup>10</sup>

O Plano Nacional de Cultura (PNC), segundo o previsto na Emenda Constitucional que o instituiu, deve conduzir à: I – Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens da cultura; e V – valorização da diversidade étnica e regional. Ele é o documento base, a partir do qual o governo federal deverá pautar, nos próximos dez anos, o direcionamento das ações públicas de cultura. Um plano é uma espécie de “carta de navegação”, e, como tal, algumas vezes necessita ser ajustada ao “longo da viagem”. Para isso, há a previsão de uma etapa de avaliação intermediária sobre o cumprimento das metas ao final dos primeiros quatro anos. A construção do Plano Nacional de Cultura - PNC foi um processo de longa duração, que ocupou parte dos dois mandatos do Presidente Lula e deve ser analisado como um grande exercício de democracia participativa. Em dezembro de 2010, o PNC foi finalmente aprovado, sendo composto de cinco capítulos, nos quais se distribuem 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações, com vigência decenal. A execução do PNC é acompanhada a partir de 53 metas estabelecidas com base no conjunto das diretrizes, estratégias e ações previstas no documento. Nesse contexto temos ainda o início dos esforços para a construção legal do Sistema Nacional de Cultura, com o objetivo de criar um arcabouço institucional mínimo que colabore para a estruturação e consolidação de políticas culturais democráticas corroborando para a formação de uma sociedade mais justa, menos desigual. A ideia do sistema (seguindo o desenho de outros sistemas setoriais já existentes) é a de fornecer uma maior institucionalidade para a área, com a exigência da existência de um órgão gestor de cultura, por exemplo, e, ao mesmo tempo, buscando facilitar o diálogo e a execução de ações compartilhadas entre os diferentes níveis de governo, através de repasses entre fundos de cultura. Há ainda o estímulo efetivo para a adoção de uma prática de gestão pública mais democrática e participativa - na medida em que estabelece a realização de conferências e a criação de um conselho de política cultural paritário e deliberativo, como elementos fundamentais para a participação no Sistema<sup>11</sup>.

Um programa que adquiriu uma dimensão destacada logo nos primeiros tempos de governo foi o Programa Cultura Viva, criado em 2004, por meio da Portaria Ministerial nº

---

<sup>10</sup> Para mais informações ver: Minc. 2007.

<sup>11</sup> A lei do Sistema Nacional de Cultura somente foi aprovada em 2012.

156, sob a responsabilidade da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) - posteriormente transformada em Secretaria da Cidadania Cultural (SCC) e, hoje reunida a Secretaria de Diversidade e Identidade. O Programa tem como principais objetivos: ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades, entre outros. A base do Programa são os Pontos de Cultura, mas há outras ações que o compõe. Em 2007, quando o IPEA realizou a primeira pesquisa sobre o programa, havia 526 pontos de cultura conveniados em todas as regiões o país (em 2010 esse número já ultrapassava os 2.500 unidades) Os Pontos de Cultura, estão hoje presentes em todos os estados do país e, em sua maioria através dos convênios entre o governo federal e os governos estaduais. Segundo Frederico Barbosa:

No Brasil existem movimentos sociais e culturais expressivos. Há espaços alternativos, mercados culturais localizados e dinamismos que em nada se assemelham aos das grandes indústrias culturais, Essa dinâmica cultural passou a ser reconhecida nas políticas culturais brasileiras de forma significativa nos últimos anos e o Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva teve importante papel no reconhecimento do Brasil profundo<sup>12</sup>.

Também na direção da ampliação do espectro de atores atendidos pelas políticas públicas de cultura, foram construídos novos projetos e programas pela Secretaria do Audiovisual (SAV). O incentivo a criação de cineclubes e espaços alternativos de exibição de conteúdo audiovisual, a distribuição de conteúdos para esses novos espaços, o fomento de festivais, contribuem para minimizar o problema da escassez de salas de cinema por todo o país. A SAV, através de parcerias, criou projetos inovadores como o Revelando os Brasis, um projeto dirigido aos moradores de municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, que tem por principal objetivo promover processos de inclusão e formação audiovisuais.<sup>13</sup> Esse conjunto de projetos, ações, programas e políticas que foram apresentados, tiveram sua criação logo na primeira metade da gestão Lula e não constituem uma lista exaustiva do que foi proposto e realizado, mas o que consideramos uma amostra significativa que permite uma compreensão do conjunto. O processo que vai da elaboração ao de efetiva implementação dos mesmos é longo, não linear e, muitas vezes, enfrenta resistências e problemas de natureza diversa. Muitas das inovações propostas só obtiveram efetividade no segundo mandato do Presidente Lula e outras ultrapassaram esse período.

---

<sup>12</sup> IPEA. *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Ipea / Coordenação de Cultura. Brasília: Ipea, 2011. p. 17.

<sup>13</sup> Mais informações ver: CALABRE, Lia. Revelando os Brasis: o projeto. In: *Políticas Culturais em Revista*. 2 (4). P. 67-79, 2011

### *B. A Argentina*

A questão da cultura que surge logo após a “crise de 2001” aparece ligada a inclusão social, como uma forma de dar acolhimento a manifestações, expressões, movimentos e identidades presentes no território argentino. Esse foi um dos argumentos fundamentais que marcou fortemente, a partir de 2003, o setor cultural. A necessidade de que as ações culturais sejam sustentadas em todo o país mostra-se como uma prioridade para a ação de inclusão social dos setores mais desfavorecidos. Pois como diz Bayardo, a gestão da Secretaría de Cultura de la Nación em vinculação com as propostas do governo nacional procurou realizar um redesenho das orientações do organismo que:

“Recupera una noción de cultura más allá de lo artístico, orientada hacia la recomposición de las relaciones sociales desarticuladas durante la hegemonía de las políticas neoliberales, y hacia la inclusión social de los sectores que fueron sumergidos en la pobreza y el desempleo” (Bayardo 2008: 39).

A prioridade da cultura e da inclusão social não é só própria da política cultural de caráter nacional, também integra um “discurso cultural transnacional” (Lacarrieu 2010: 115), aparece como uma de suas características. Verifica-se isso tanto em programas de apoio a instituições, quanto a partir da especificação de grupos marginais como destinatários das ações. Inclusive, existe na atualidade, um plano nacional centrado nessa temática, chamado “Igualdad Cultural”, centrado na relação entre cultura e comunicação (implementado pela SCN com a colaboração do Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios), com a finalidade, entre outras, de promover condições propícias para a produção de bens e serviços culturais. Por outro lado, e retomando o anterior, na esfera do diálogo com distintos atores, é visível a articulação com atores não somente do setor privado, mas também com outros órgãos estatais, o que mostra um avanço na hora de pensar as políticas culturais.

Agora bem, a avaliação dos resultados da inclusão social através de programas culturais requer estudos particulares e com profundidade em cada um dos casos, pois, como afirma Lacarrieu (2010), muitas vezes esses mesmos programas não tem tão claro quais, por que, e como participam seus destinatários, ou seja, se essas ações são realmente inclusivas ou se em verdade excluem outros grupos ou práticas. Mas, com todos os problemas apresentados, a extensão da concepção da cultura a grupos até então excluídos, em especial pela política cultural dos anos 1990 é relevante na hora de pensar as últimas transformações no setor cultural.

Também, sendo Argentina um país tão diverso e desigual, tais mudanças demandam uma abordagem que extrapole questões relacionadas com aportes concretos (orçamentos) ao setor cultural em seu conjunto. Devemos ressaltar que o foco estava centrado na política cultural que abarcara o país em sua totalidade através da descentralização das ações. Historicamente a cidade de Buenos Aires além de capital do país, sempre foi mantida como o centro cultural da infraestrutura de bens e serviços culturais, como um lugar privilegiado. A intenção de federalização é também de dar espaço a outros setores, problemas e temas das políticas culturais que surgem diferentes projetos, programas, entidades e normativas. Proporcionando espaços de encontro e reflexão cuja base é a articulação da SCN com os organismos locais e provinciais.

Os projetos de mudança, em principio são visíveis em programas, como, por exemplo, “Argentina Punta a Punta”, que é um programa de atividades artísticas, educativas, recreativas, entre outras, que procura dar espaço para as distintas regiões, articulam com os órgãos locais de cultura o desenvolvimento de ações nas províncias: *“para poner en diálogo la diversidad y generar igualdad de oportunidades en el desarrollo y acceso a la cultura. En nuestro país hay muchas puntas para comenzar a unir, hay distancias culturales y de acceso que no son las mismas en los traslados y tiempos de viaje”*<sup>14</sup>. Outro exemplo é o “Programa Social de Orquestas Infantiles y Juveniles”, que inicia no 2004, e promove e coordena a capacitação instrumental e de orquestras, o fomento da música para crianças e jovens, e fornece material musical e assessoramento para a conformação de orquestras em distintas províncias. Teríamos outros exemplos para enumerar.

Neste sentido, em 2006 teve lugar o Primeiro Congresso Argentino de Cultura, no qual o então Secretario de Cultura da nação destacava que:

“El fundamento central de esa obligación estatal que hacemos propia coincide con la Declaración de los Derechos Humanos de 1948, es de raíz kantiana, y se denomina dignidad, Los derechos humanos en primer lugar, el derecho a la cultura, hacen dignas a las personas. Por eso es una obligación del Estado asegurar su ejercicio tanto más en el contexto contemporáneo”<sup>15</sup>.

Esse primeiro evento contou com a participação de especialistas, gestores culturais, acadêmicos, representantes dos setores culturais e de outras políticas públicas. A estrutura desse evento, nesse ano (porque depois foi mudando), respondia aos seguintes temas e

<sup>14</sup> <http://puntaapunta.cultura.gob.ar/acerca-de>

<sup>15</sup> “Presentación a cargo de José Nun”. Primer Congreso Nacional de Cultura, Mar del Plata, 25-27 de agosto de 2006, p. 13. Buenos Aires: SCN.

problemas: 1) políticas públicas de cultura (onde o olhar dos participantes estava no papel do Estado, inclusão social, democracia; as transformações institucionais do setor; a descentralização, o orçamento e a legislação); 2) a construção de cidadania (que abarcava questões como o rol das organizações; a criatividade como recurso; a arte e a comunicação); 3) políticas culturais e identidade (e as problemáticas da diversidade cultural, os direitos, o impacto da globalização); 4) cultura e desenvolvimento (dimensões econômicas das indústrias culturais; turismo; patrimônio; cultura e trabalho foram as principais linhas); 5) cultura, cidadania e mundialização das comunicações (como o próprio nome indica, a indústria audiovisual, a concentração dos mercados a nível mundial, e a diversidade cultural da cidadania são alguns dos pontos abordados); 6) cultura e educação (suas relações; a incidência dos meios da comunicação nesta relação, e o rol da promoção da leitura e das bibliotecas); e por ultimo, cultura e integração regional (com o caso do MERCOSUL, da integração regional europeia, e a dimensão cultural dos processos de integração).

Uma área onde as mudanças são particularmente visíveis é a área das políticas de leitura, e a relevância da CONABIP, organismo da SCN, logo após a “crise de 2001”. A CONABIP é responsável pela orientação e execução da política da promoção do livro, leitura e desenvolvimento das bibliotecas populares em todo o país. A Lei N° 23.3513/1986 de Bibliotecas Populares; estabelece a constituição dessas bibliotecas como associações civis de caráter gratuito<sup>16</sup>. Ainda que as bibliotecas populares não sejam instituições estatais, é fundamental o papel que joga o Estado nacional através da CONABIP na concessão de benefícios e subsídios para o apoio e manutenção das bibliotecas populares em questões como infraestrutura, recursos humanos e patrimônio bibliográfico, principalmente. Esse organismo alterou sua estrutura, definição de prioridades e elaboração de estratégias e planos do acesso ao livro e leitura em distintos níveis: através da capacitação aos recursos humanos, com o estabelecimento de orçamentos para as bibliotecas populares do país, e com ações culturais e transversais a distintos organismos públicos. Como por exemplo o fato de que a partir de 2004 a CONABIP colocou em marcha o plano do livro e leitura para a população carcerária, isso ocorreu através do “Plan de Promoción de Lectura en Unidades Penitenciarias”. Esse plano implicou a participação da CONABIP e de outros setores como segurança pública (com o Ministerio de Justicia y Seguridad de la Nación). O conjunto de ações possibilitou o melhoramento das bibliotecas populares vinculadas ao organismo, a conformação de planos de livro e leitura e uma revalorização da relação leitura-cidadania. (Mihal 2012).

---

<sup>16</sup> Mais informações ver: Mihal, Ivana. “Lógicas burocráticas, notas y documentos. Las bibliotecas y el sector cultural”. Revista del Museo de Antropología, 4: 295-304, 2011. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.

Além disso, como destaca o site web, a gestão iniciada no 2003 na CONABIP comparativamente ao anos 2010, produziu um incremento de aproximadamente 400 %<sup>17</sup>. Isso é similar ao ocorrido com o orçamento cultural da nação, que em 2001 era de \$6.01 por habitante, passado para \$ 11.85 em 2009, último ano de publicação do dado pelo Sistema Nacional de Información Cultural Argentina (SINCA). Deve notar-se que o SINCA procura fazer levantamentos e processamentos de informação sobre as situações dos distintos setores e domínios culturais, e que isso também foi resultado deste período.

Novas normativas foram criadas, algumas ligadas a setores específicos da cultura como a Lei N° 26522/2009 que se refere à comunicação audiovisual, outras normativas relacionadas com os organismos das políticas culturais, neste sentido se destacam as leis províncias de cultura em algumas jurisdições do país como a Lei N° 6255/2008, Ley Provincial de Cultura de Chaco, e a Lei N° 6027/2010, que cria o Instituto de Cultura de Corrientes. Agora bem, alguns avanços legais em uns setores também significam descuidos em outras partes, pois como diz Wortman (2011), a redução da cultura ao comunicacional com o ênfase na Lei de Servicios de Comunicación Audiovisual, implicaram descuidos de outras dimensões da cultura. Mas de uma maneira geral acreditamos que os eixos acima apresentados marcam, em forte sentido, as preocupações e tendências dos últimos anos em matéria cultural no país.

Logo, não podemos perder de vista que as dinâmicas que marcam as transformações das políticas culturais tem como marco fundamental uma busca constante das significações do público ao qual elas se destinam. Para além da cultura e das belas artes, cinema, música, patrimônio, etc., esses outros sentidos e práticas da cultura e sua relação com a cidadania (diversa, diferente e desigual) vem tendo lugar. Soma-se a algumas ações que continuam seu processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento desde décadas anteriores; outras estão recentemente em marcha como o “Programa Puntos de Cultura”, que propõe o fortalecimento das organizacionais sociais e relações entre cultura e inclusão. O programa argentino tem como fonte de inspiração os Pontos de Cultura que o Brasil já vinha desenvolvendo; além de outros programas nacionais que foram descontinuados. Os objetivos ideais das ações empreendidas para e desde o setor cultural são os de ampliar a abordagem das prioridades da agenda pública da cultura.

---

<sup>17</sup> <http://www.conabip.gob.ar/hoja/209>

### III. Conclusões

As políticas culturais mudam com as transformações e circunstâncias contextuais. Um olhar comparativo sobre as mesmas, a partir dos casos do Brasil e da Argentina, possibilitou encontrar alguns pontos em comum nas transformações sofridas pela área nas últimas décadas. Por citar alguns, no caso do Brasil, podemos destacar o ano de 2003, durante a gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, quando foi aprovada a reestruturação do Minc (Decreto 4.805). É nesse marco que começa o desenvolvimento do Plano Nacional de Cultura como uma política do Estado visando à institucionalização da cultura em longo prazo (Rubim 2008). Na Argentina, isso é visível no crescimento dos orçamentos de programas e organismos da SCN como a CONABIP, e o estabelecimento de um conjunto de ações em programas, projetos, normativas e discussões relativas ao cultural, que implicam avanços na definição das ações públicas de cultura.

Esses pontos similares no Brasil e na Argentina estão centrados, sobretudo, na questão da cidadania, na abordagem da inclusão de novas problemáticas e atores sociais no campo da política cultural. Existem proximidades em ações, programas e planos, relativos à cultura, como pode ser observado ao longo deste artigo. Nesse cenário também se verifica que há claros processos, pressupostos e resultados diferentes, ou seja, são que são considerados análogos, que dialogam, mas que demandam por parte dos estudiosos no campo um trabalho mais minucioso. Esses estudos, mais específicos são complexos quando as formas de relevar e processar a informação nos dois países são distintas. Mas vale a pena enfrentar o desafio porque o olhar comparativo possibilita compreender processos gerais e específicos numa constante tensão que enriquece a problematização das questões culturais.

Ainda há muito a pesquisar e trabalhar para a constituição de um efetivo campo de estudos comparativos de políticas culturais no âmbito do Brasil e da Argentina. Entretanto, e olhando para os dois países, podemos afirmar preliminarmente, que os organismos de cultura, na última década, conduziram fortemente a análise dos programas e ações como tendentes a melhorar a democratização cultura e a inclusão da cidadania aos bens e serviços culturais.

#### IV. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Armando, et all. (org.) *Cultura pela palavra*: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/ Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BARBALHO, Alexandre. “Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença”. Em: RUBIM, Antônio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (org.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BAYARDO, Rubens “Políticas culturales en Argentina”. Em: Rubim, A. y Bayardo, R. (Org.) *Políticas culturales na Ibero-América*, pp. 19-49, 2008. Salvador: Edufba.

\_\_\_\_\_. “La gestión del patrimonio y los conflictos en torno a las identidades sociales. ¿Gestión cultural sin políticas culturales transversales?”. Em *Papeles de Trabajo*, Año 1, nº 2, diciembre 2007. Buenos Aires. IDAES, UNSAM. En [www.idaes.edu.ar/papelesdetrabajo/paginas/Documentos/02\\_4\\_bayardo%20gestion%20patrimonio%20y%20politicasy%20culturales.pdf](http://www.idaes.edu.ar/papelesdetrabajo/paginas/Documentos/02_4_bayardo%20gestion%20patrimonio%20y%20politicasy%20culturales.pdf).

BARBOSA, Frederico e CALABRE, Lia (orgs.) *Pontos de cultura*: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil do século XXI: cenários e desafios. In: COSTA, Frederico Lustosa da. *Política e gestão cultural*: perspectiva Brasil e França. Salvador, Edufba, 2013.

\_\_\_\_\_. “Revelando os Brasis: o projeto”. Em: *Políticas Culturais em Revista*. N. 2 (4). P. 67-79, 2011. Em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5598/4056> Capturado em: 10/10/2013

\_\_\_\_\_. “Desafio à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil”. Em: *Revista Proa*. Vol 1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/proaI.html> capturado em 15/10/2013

\_\_\_\_\_. *Políticas culturais no Brasil*: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Ed; FGV, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural*: O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FARIA, Hamilton. Conselhos de cultura: novos e antigos desafios da cidadania cultural. In: RUBIM, Albino; TAIANE, Fernandes e RUBIM, Iuri (org.) *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult\\_8\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult_8_RI.pdf)

GARCIA-CANCLINI, Néstor. ed. *Políticas Culturales en América Latina*. México. Editorial Grijalbo, 1987.

IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Gestão Pública – Suplemento de Cultura - 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007a

IBGE. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais*. 2003- 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b

IPEA. *Cultura Viva*: as práticas de pontos e pontões. Ipea / Coordenação de Cultura. Brasília: Ipea, 2011.

LACARRIEU, Mónica “Cultura-inclusión: reflexiones críticas acerca de una relación problemática”. En *Indicadores Culturales 2009*, pp. 110-118, 2010. UNTREF.

MIHAL, Ivana “Actores y procesos en la gestión de la Biodiversidad”. Revista *Alteridades*, N° 45, pp. 123-136, 2013. México: Universidad Autónoma de México.

\_\_\_\_\_ “Cultura y Desarrollo: Planes Nacionales de Lectura en Brasil y Argentina”. Em *Políticas Culturais em Revista*, 2 (5), p. 115-134, 2012. [www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br)

\_\_\_\_\_ “Lógicas burocráticas, notas y documentos. Las bibliotecas y el sector cultural”. Revista del Museo de Antropología, 4: 295-304, 2011. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.

RUBIM Albino, OLIVEIRA RUBIM Iuri, PITOMBO Mariella (2006). 2006 “Actores sociais, redes e políticas culturais”. Em *Convenio Andrés Bello (CAB) 2*, pp. 13-64. Brasil: Edición del CAB.

RUBIM, Albino “Plano Nacional de Cultura em debate” . Em *Políticas Culturais em Revista*, 2 (1), pp. 59-72, 2008. Consultado el 02/06/2009. En [www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br)

WORTMAN, Ana “Que ves cuando me ves” Observando los observatorios culturales de Argentina, Brasil y Chile. Revista de Gestión y Cultura, N° 11 Mayo-junio, pp. 48-51, Madrid.

\_\_\_\_\_ “El desafío de las políticas culturales en la Argentina”. En Mato, D. (Comp.) *Cultura, política y sociedad*, pp. 199-218. Buenos Aires: Ediciones CLACSO. 2001